

RECURSO ESPECIAL Nº 1.483.461 - BA (2014/0248613-0)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
RECORRENTE : ANTENOR DOS SANTOS FIGUEIREDO - ESPÓLIO
RECORRENTE : MARIA FRANCISCA LEITE FIGUEIREDO - ESPÓLIO
REPR. POR : AMÁLIA DE ALMEIDA FIGUEIREDO - INVENTARIANTE
ADVOGADO : MÁRIO CÉSAR DE OLIVEIRA DANTAS - BA012740
ADVOGADA : ANA CAROLINA LANDEIRO PASSOS - BA017217
RECORRIDO : EDNALDO PEREIRA DOS SANTOS
ADVOGADA : MARIA VALDENIRA FIALHO DE SOUSA E OUTRO(S) -
BA006738

DECISÃO

Trata-se de recurso especial manifestado por Antenor dos Santos Figueiredo - Espólio e outra, no qual se alega violação dos arts. 177, 179, 180, 182, 183, 187 e 511, **caput**, e § 2º, do Código de Processo Civil de 1973; 1º, 2º, § 2º, 3º, 4º, parágrafo único, 27 e 28 da Lei n. 8.906/1994; 145 do Código Civil de 1916; 166 e 169 do Código Civil de 2002, além de dissídio jurisprudencial. O acórdão recorrido está retratado na seguinte ementa (fls. 264/265):

PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATUAIS.

As nulidades levantadas referem-se exclusivamente à forma, não sendo o conteúdo do título executivo impugnado, restando incontroversas as assinaturas apostas e o quanto convencionados.

A execução do contrato de honorários advocatícios tem previsão expressa na Lei 8.906/94, art. 24, sendo, pois, cabível a execução nos termos do art. 585, VIII do CPC, não havendo que se falar na exigência de duas testemunhas, porque previsão do inciso II.

Em que pese não estar datado o contrato, os constituintes deixaram claro em seus petítórios conhecerem a data em que foi realizado, não havendo que se falar em nulidade por tal omissão.

A incompatibilidade para o exercício da advocacia, não é causa para a nulidade da execução de honorários, mas de adoção pelos executados de medidas administrativas cabíveis, se assim o entenderem, representando junto ao órgão de classe e à Administração.

É de se aplicar o princípio do pacta sunt servanda, servindo a tabela da OAB apenas como uma orientação para a fixação dos honorários contratuais, não tendo força de vincular as contratações.

Superior Tribunal de Justiça

Uma vez executados os honorários na forma como contratados, não há que se falar em excesso na execução.

Por fim, comprovou o apelante que, inobstante a constituição de três patronos, o patrocínio da causa se deu exclusivamente por si, fazendo jus, pois, à totalidade dos honorários contratados.

Em suma, o que se observa nos atos é a flagrante escusa dos apelados em adimplir com o contrato firmado, pretendendo não remunerar o profissional contratado pelos serviços prestados em mais de uma década.

Não cabe aqui aferir a qualidade técnica do exequente, pois não se trata de honorários sucumbenciais, em que se apura o grau de zelo do profissional, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido, nos termos do art. 20, do CPC. Executa-se contrato particular escrito, em que o constituinte teve a liberdade de escolher e manter, dentre tantos, o profissional na representação dos seus interesses por mais de uma década, vindo agora tentar fazer crer que todo o trabalho despendido se deu "desnecessariamente, a crivo exclusivo do recorrente, prejudicando enormemente os herdeiros e todo o andamento da sucessão, visto as várias representações contra juízes e desembargadores". Vê-se que os apelados não negam a realização dos serviços pelo apelante, apenas sustentam a má prestação, mas não produzem provas nesse sentido. Não há causa para a não exigência do pagamento. Apelação provida.

Os recorrentes opuseram embargos de declaração, que foram rejeitados, conforme a seguinte ementa (fls. 312/313):

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE E CONTRADIÇÃO. EMBARGOS REJEITADOS.

Evidencia-se, na hipótese que, a ausência do nome dos procuradores do embargado - Dr. João de Azevedo Coutinho Neto e Dra. Jamille Rigaud de Azevedo - na publicação do acórdão de fls. 251/256, não trouxe qualquer prejuízo ao embargante, de modo que não subsiste interesse processual deste a justificar a republicação do acórdão.

Ademais, se não bastasse, a publicação do acórdão foi realizada em nome da Dra. Diva Maria Souza Santos - OAB - 4162/BA que detém poderes para representar o embargado (fls. 228 e 244/245), não havendo como se negar a regularidade daquele procedimento (intimação do acórdão). Não há nulidade a ser reconhecida.

Superior Tribunal de Justiça

Ultrapassada a questão preliminar, não é de se aplicar, na hipótese, a pena de deserção prevista no art. 511 do CPC.

Isto porque, com a interposição do agravo regimental pelo apelado ora embargante, não se mostra razoável exigir do apelante/embargado o recolhimento do preparo no prazo assinalado na decisão de fls. 211/212, vez que, eventual modificação do entendimento implicaria em prejuízo de difícil reversão para o embargado.

Assim, conquanto tenha o embargado recolhido o preparo em 09.11.2011, antes mesmo do desfecho final dado à causa, ou seja, antes do julgamento do agravo regimental, de mister é que seja recebido o preparo recolhido após o prazo concedido, pois conforme dito, a referida peça processual viabilizou a flexibilização do formalismo processual.

Nessas circunstâncias, o exame do mérito da insurgência, não deve ser inviabilizado em razão da aludida irregularidade, tendo em vista que, o apreço exagerado ao formalismo processual constituiria obstáculo de acesso à justiça garantido constitucionalmente.

Da mesma forma, improcede a alegação de deserção da apelação, ante o não recolhimento do porte de remessa e retorno, porquanto a exigência de tal pagamento descabe quando o juízo recorrido situa-se na mesma sede do juízo recorrente.

Infundadas as demais omissões lançadas, uma vez que o acórdão embargado pronunciou-se exaustivamente acerca da certeza, exigibilidade e liquidez do título executivo extrajudicial, assim como quanto à questão relativa ao exercício indevido da advocacia pelo embargado. Neste último consignou que, caso ocorrido a prática da advocacia em face de proibição legal, deve o advogado responder perante o seu órgão de classe e a Administração pública, não havendo prova de que os constituintes tenham promovido a devida representação. Não podem por este argumento deixar de adimplir o contrato firmado, depois de se valerem da prestação do serviço.

Com efeito, todos os aspectos suscitados no recurso foram examinados por esta Colenda Corte, nada havendo a acrescentar ou a modificar a respeito, ficando evidente que não há, na decisão hostilizada, qualquer obscuridade, contradição ou omissão sanáveis por via de Embargos Declaratórios. Embargos rejeitados.

Sustentam os recorrentes que o recurso de apelação interposto pela parte contrária não poderia ser conhecido, em razão da falta de pagamento do preparo.

Superior Tribunal de Justiça

Afirmam que "a decisão que concedeu o prazo de 5 (cinco) dias ao apelante, ora recorrido, para a realização do preparo foi disponibilizada em 25.10.2011 (terça-feira), considerando-se publicada em 26.10.2011 (quarta-feira), findando-se o prazo no dia 31.10.2011 (segunda-feira). Entretanto, o apelante, ora recorrido, apenas realizou e comprovou o preparo em 09.11.2011, ainda assim, insuficiente, por faltar o comprovante do porte de remessa e retorno, que, registre-se, nunca foi pago" (fl. 386).

Alegam que a interposição de agravo interno pela parte ora recorrente não tem o condão de suspender a fluência de prazo peremptório previsto no art. 511, § 2º, do CPC/1973.

Asseveram, além disso, que "a legislação processual no Estado da Bahia exige, determina e obriga o pagamento do porte de remessa e retorno, inclusive para os recursos originários da capital e protocolados diretamente na capital, como foi o caso destes autos" (fl. 408).

Argumentam, por outro lado, que deve ser reconhecida a nulidade absoluta dos atos processuais praticados pelo advogado recorrido, uma vez que exerceu cargo de escrivão de polícia e de delegado de polícia, ou seja, atividade policial incompatível com o exercício da advocacia.

Sustentam, por fim, que o título executivo não dispõe dos requisitos de liquidez, certeza e exigibilidade.

Assim posta a questão, passo a decidir.

Destaco que o acórdão recorrido foi publicado antes da entrada em vigor da Lei n. 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 1973, conforme Enunciado Administrativo 2/2016 desta Corte.

Inicialmente, não conheço do recurso no tocante aos temas do **error in judicando**, nulidade da execução, e da inépcia da ação de execução, pois os recorrentes não assinalaram nenhum dispositivo de lei federal que teria sido violado pelo acórdão recorrido, bem como não indicaram divergência jurisprudencial a respeito dos assuntos, o que faz incidir o enunciado n. 284 da Súmula do STF.

No mérito, verifico que o Tribunal de origem entendeu que não se mostrou razoável, no presente caso, exigir do recorrido o recolhimento do preparo no

Superior Tribunal de Justiça

prazo assinalado na decisão de fls. 220/221 (fls. 211/212, nos autos originais), conforme os seguintes fundamentos (fls. 315/317):

(...)

Ultrapassada a questão preliminar, não é de se aplicar, na hipótese, a pena de deserção prevista no art. 511 do CPC. Vejamos a ordem dos fatos:

O recolhimento do preparo foi determinado no prazo de 05 dias, após a interposição da apelação, ante o indeferimento da assistência judiciária gratuita, conforme decisão de fls. 211/212. Esta decisão foi publicada no DPJ de 26 de outubro de 2011, findando-se, pois, o prazo assinalado em 31/10/2011.

Contra tal provimento, o apelado ora embargante interpôs agravo regimental (fls. 214/221) requerendo a reforma do decisum quanto à concessão de novo prazo para recolhimento de preparo, declarando por conseguinte, deserto o recurso interposto.

Por meio de nova decisão monocrática (fls. 223/224), o agravo regimental não foi conhecido, por falta de previsão legal.

Do contexto fático acima relatado, infere-se que, com a interposição do agravo regimental pelo apelado ora embargante, não se mostra razoável exigir do apelante/embargado o recolhimento do preparo no prazo assinalado na decisão de fls. 211/212, vez que, eventual modificação do entendimento implicaria em prejuízo de difícil reversão para o embargado.

Assim, conquanto tenha o embargado recolhido o preparo em 09.11.2011, antes mesmo do desfecho final dado à causa, ou seja, antes do julgamento do agravo regimental, de mister é que seja recebido o preparo recolhido após o prazo concedido, pois conforme dito, a referida peça processual viabilizou a flexibilização do formalismo processual.

Nessas circunstâncias, o exame do mérito da insurgência, não deve ser inviabilizado em razão da aludida irregularidade, tendo em vista que, o apreço exagerado ao formalismo processual constituiria obstáculo ao acesso à justiça, que é, destaca-se, garantia constitucional.

Da mesma forma, improcede a alegação de deserção da apelação, ante o não recolhimento do porte de remessa e retorno, porquanto a exigência de tal pagamento se mostra desnecessária e desarrazoada.

Isto porque o chamado porte de remessa e retorno, como o próprio nome já diz é a verba necessária para cobrir os custos com a

Superior Tribunal de Justiça

remessa e retorno dos autos, ou em outras palavras, a despesa correspondente entre ao trânsito do recurso entre os juízos de origem e recursal. Sendo assim, descabe o pagamento do porte de remessa e retorno se o juízo recorrido situa-se na mesma sede do juízo recorrente.

Corroborando com o entendimento supra, é que este Egrégio Tribunal recentemente editou o Decreto 286/2012, que assim dispõe em seu art. 1º, § 1º:

§ 1º O porte de remessa e retorno previsto na Tabela constante do Anexo Único não será exigido nos casos de recursos interpostos na Capital e por meio de processo eletrônico, salvo, neste caso, quando o órgão julgador requisitar os autos físicos.

(...)

Por tudo exposto, afasta-se a alegação de deserção da apelação.

(...)

Com efeito, observo que não foram impugnadas, nas razões do especial, todos os argumentos adotados pelo acórdão recorrido, especificamente a questão de que, diante da interposição de agravo interno pelos ora recorrentes, "não se mostra razoável exigir do apelante/embargado o recolhimento do preparo no prazo assinalado na decisão de fls. 211/212, vez que, eventual modificação do entendimento implicaria em prejuízo de difícil reversão para o embargado" (fls. 315/316), o que faz incidir o óbice do enunciado n. 283 da Súmula do STF, quanto ao ponto.

Observo, ademais, que, para se aferir a procedência da alegação de deserção em razão da falta de recolhimento do porte de remessa e retorno, seria necessária a análise de direito local, o que é vedado em sede de recurso especial em razão do óbice previsto no enunciado n. 280 da Súmula do STF. A propósito, confirmam-se:

PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO INTERPOSTA PELO INSS. FALTA DE PAGAMENTO DO PORTE DE REMESSA E RETORNO. IMPOSIÇÃO DA LEI ESTADUAL 11.608/2003. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, ART. 535, II, DO CPC.

1. Não se configura a ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil, uma vez que o Tribunal a quo julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, tal como lhe foi apresentada.

2. O Tribunal bandeirante consignou: "Com efeito, a Lei Estadual nº

Superior Tribunal de Justiça

11.608, de 29 de dezembro de 2003, que disciplina a taxa judiciária em nosso Estado Bandeirante, não deixa dúvida, ao assentar no seu artigo 6o, que as Autarquias Federais estão isentas do recolhimento de taxa judiciária. Todavia, essa mesma Lei, no inciso II do artigo 2o, posiciona expressamente que na taxa judiciária não se incluem "... As despesas com o porte de remessa e de retorno dos autos, no caso de recurso, cujo valor será estabelecido por ato do Conselho Superior da Magistratura".

3. A apreciação dos aspectos concernentes à Leis estadual 11.608/2003, no que concerne à cobrança do porte de remessa e retorno para interpor o Recurso de Apelação, demanda análise de Direito local, o que faz incidir, por analogia, o óbice constante da Súmula 280 do Supremo Tribunal Federal, in verbis: "Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário".

4. Recurso Especial conhecido parcialmente e, nessa parte, não provido.

(REsp 1.607.048/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 6.9.2016)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECOLHIMENTO DO PREPARO NÃO COMPROVADO NO ATO DA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO ESPECIAL. GUIA DE RECOLHIMENTO DE TAXA JUDICIÁRIA INSTITUÍDA POR LEI LOCAL. DESERÇÃO. LEI ESTADUAL. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE NA INSTÂNCIA ESPECIAL. SÚMULA N. 280/STF. DECISÃO MANTIDA.

1. O Tribunal de origem decretou a deserção do recurso especial em virtude da ausência de recolhimento de custas previstas em lei estadual. Dessa forma, inviável o exame da pretensão recursal no sentido de examinar as disposições da referida norma, pois não é cabível o exame de lei local na via extraordinária (Súmula n. 280/STF).

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 463.530/CE, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe de 5.5.2014)

No tocante à questão da incompatibilidade da atividade policial com o exercício da advocacia, assim discorreu o julgado estadual (fls. 268/269):

(...)

Sobre a incompatibilidade, não é de se entrar neste mérito porque não seria esta uma causa de exoneração do pagamento dos honorários contratados. É que o Estatuto da Ordem já caracteriza infração disciplinar o exercício da advocacia com vedação legal, punindo-a com censura, pena das mais brandas de todas as previstas, como se lê:

Art. 34. Constitui infração disciplinar:

I - exercer a profissão, quando impedido de fazê-lo, ou facilitar, por qualquer meio, o seu exercício aos não inscritos, proibidos ou impedidos.

Art. 36. A censura é aplicável nos casos de:

I - infrações definidas nos incisos I a XVI e XXIX do artigo 34;

Assim, caso tenha ocorrido a prática da advocacia diante de proibição legal, deve o advogado, responder perante o seu órgão de classe e a Administração pública, não tendo, inclusive alegado ou provado os constituintes que promoveram a devida representação. Ora, se acreditam mesmo que o exequente deve ser apenado pelo exercício da advocacia quando ocupante de cargos junto à Polícia Civil, que promovam as medidas cabíveis, tanto junto ao órgão de classe, como junto do empregador. Não podem por este argumento deixar de adimplir o contrato firmado, depois de se valerem da prestação do serviço.

Em suma, o que se observa nos autos é a flagrante escusa dos apelados em adimplir com o contrato firmado, pretendendo não remunerar o profissional contratado pelos serviços prestados em mais de uma década. Não cabe aqui aferir a qualidade técnica do exequente, pois não se trata de honorários sucumbenciais, em que se apura o grau de zelo do profissional, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido, nos termos do art. 20, do CPC. Absolutamente. Está-se executando contrato particular em que o constituinte teve a liberdade de escolher e manter o profissional na representação dos seus interesses por mais de uma década, vindo agora tentar fazer crer que todo o trabalho despendido se deu "desnecessariamente, a crivo exclusivo do recorrente, prejudicando enormemente os herdeiros e todo andamento da sucessão, visto as várias representações contra juízes e desembargadores". Vê-se que os apelados não negam a realização dos serviços pelo apelante, apenas sustentam a má prestação, mas não produzem provas nesse sentido. Não há causa para a não exigência do pagamento.

(...)

Quanto à referida questão, o recurso não tem como ser conhecido, pois não foram impugnados os argumentos do julgado estadual de que a referida incompatibilidade não é causa de exoneração do pagamento dos honorários contratados, uma vez que o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil "já caracteriza infração disciplinar o exercício da advocacia com vedação legal, punindo-a com censura, pena das mais brandas de todas as previstas" e de que não podem os recorrentes "deixar de adimplir o contrato firmado, depois de se valerem da prestação do serviço" (fl. 268), o que faz incidir, novamente, o teor da Súmula n. 283/STF.

Por fim, registro que rever a conclusão do Tribunal de origem, o qual afastou o alegado excesso de execução e que entendeu estarem presentes os requisitos da liquidez, certeza e exigibilidade do título executivo, demandaria o reexame do acervo fático dos autos, procedimento que, em sede de especial, encontra óbice no enunciado n. 7 da Súmula do STJ. A propósito, confirmam-se:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INEXISTÊNCIA DE AFRONTA AO ART. 535 DO CPC/1973. OMISSÃO NÃO VERIFICADA. CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. TÍTULO EXECUTIVO. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. NOVA INTERPRETAÇÃO DAS CLÁUSULAS PACTUADAS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. Inexiste afronta ao art. 535 do CPC/1973 quando o acórdão recorrido analisou todas as questões pertinentes para a solução da lide, pronunciando-se, de forma clara e suficiente, sobre a controvérsia estabelecida nos autos.
2. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem interpretação de cláusulas contratuais ou revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmulas n. 5 e 7 do STJ).
3. No caso, o Tribunal de origem, analisando os fatos e provas dos autos e interpretando as cláusulas do contrato de honorários, entendeu pela liquidez deste, bem como que estariam presentes os demais requisitos para considerá-lo título executivo extrajudicial.

Superior Tribunal de Justiça

Alterar esse entendimento demandaria o reexame das provas produzidas nos autos, o que é vedado em recurso especial, ante o óbice da mencionada súmula.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AgInt no AREsp 847.317/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe de 19.6.2017)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. EMBARGOS. CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PRORROGAÇÃO TÁCITA. LIQUIDEZ, CERTEZA E EXIGIBILIDADE COM LASTRO NO CONTRATO E PROVAS. REEXAME. INADMISSIBILIDADE.

1. Caracterizada pelas instâncias ordinárias a existência de título executivo extrajudicial em razão da certeza da dívida, sua liquidez e exigibilidade, representada por contrato de honorários advocatícios, como consagrado nesta Corte, não é dado investigar por meio do recurso especial tais elementos constitutivos, por demandar análise e interpretação de cláusulas contratuais (Súmula 5/STJ) e de matéria probatória (Súmula 7/STJ).

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 299.969/AP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe de 2.10.2015)

Em face do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

Relatora